

CARTA COMPROMISSO EM APOIO ÀS REIVINDICAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL CONTRA O RACISMO INSTITUCIONAL E GENOCÍDIO INDÍGENA

Nós Deputadas e Deputados Estaduais do estado de Mato Grosso do Sul, nos comprometemos em dar cumprimento aos encaminhamentos apresentados pelos movimentos indígenas e apoiadores, nos termos que seguem abaixo:

Políticas públicas e participação social

Agendamento de uma reunião para o mês de junho de 2023, com as organizações representativas dos povos indígenas, para estabelecer um calendário de encontros com representantes do poder executivo e legislativo, responsáveis pelas formulações de políticas públicas segurança pública, saúde, educação, direitos das mulheres e combate ao racismo religioso.

Segurança Pública

a) Abstenção de autorização, coordenação e execução de operações policiais de despejos e reintegrações de posses, sem ordem de autoridade judicial competente (Justiça Federal) e parecer com autorização prévia do Conselho de Intermediação de Conflitos Sociais e Situação de Risco, em áreas reivindicadas e sob ocupação de indígenas, independente da área estar demarcada ou não;

b) Informação prévia, no prazo mínimo de 48 horas à FUNAI e ao MPF as operações policiais para despejos e reintegrações de posses a serem realizadas por determinação de autoridade judicial competente e parecer do Conselho de Intermediação de Conflitos Sociais e Situação de Risco em áreas reivindicadas e sob ocupação indígena, independente da área estar demarcada ou não;

c) Instalação de equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos; e que

d) Abstenção de utilização de helicópteros como plataformas de tiro e armas letais em operações de conflitos fundiários que envolvem povos indígenas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul; e

e) Abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar para investigação da atuação dos comandantes das tropas, do secretário de segurança pública e o governador que realizaram operações contra as comunidades indígenas sem ordem judicial e autorização prévia do Conselho de Intermediação de Conflitos Sociais e Situação de Risco;

Racismo religioso

a) Promover a proteção das casas de reza e das rezadoras e dos rezadores, utilizando-se dos mecanismos e recursos institucionais disponíveis.

- b) Garantir o tratamento adequado no registro de crimes motivados por racismo religioso em especial nas delegacias de polícia civil e nos atendimentos das ocorrências pela polícia militar.

Violência contra as mulheres e crianças

- a) Garantir a presença e participação das organizações das mulheres indígenas nas discussões e formulações das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, em âmbito municipal e estadual.
- b) Rever a política de retirada de crianças indígenas, com graves características racistas, de suas famílias originárias, justificada tão somente a partir de fundamentos socioeconômicos.

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

Movimento Negro Unificado

Movimento Sem Terra

União da Juventude Comunista

Coletivo Terra Vermelha

Partido Comunista Brasileiro

Marcha Mundial das Mulheres

Coletiva Sempre Vivas

Deputada Estadual Gleice Jane

Deputado Estadual Pedro Kemp

Vereadora Luiza Ribeiro – Campo Grande

Articulação das Mulheres Indígenas em Contexto Urbano

ORAIN – Organização de apoio ao indígena

CEBI – Centro de Estudos Bíblicos

Central Única de Favelas – MS

Associação de Mulheres de Favelas de Mato Grosso do Sul

Jornalistas Pela Democracia – MS

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul

Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas

Coletiva Diversas Feministas – MS

Associação Brasileira de Redução de Danos

Associação Águia Morena

Instituto Sócio Cultural Dandara

Rede Cristã de Advocacia Popular

Sintss – MS

Coletivo Municipal de Mulheres do PT/CG

Coalizão Evangélicos Pelo Clima

Movimento Renovar Nosso Mundo

Movimento Nós na Criação

Carolina Joana da Silva - Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera

Instituto Gaia

Ecopantanal – Instituto de Ecologia e Populações tradicionais do Pantanal

Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

Pastoral Carcerária do MS

Pastoral Carcerária da Diocese de Três Lagoas

ATMS – Associação das Travesti e Transexuais de Mato Grosso do Sul

Rede de Atenção ao Egresso do Sistema Penal de MS

Sinasefe - MS

